

PREFEITURA

Comissão discute plano de carreira

Pauta ainda abordou a possibilidade de privatização do Dmae. Encontro reuniu servidores municipais

Os projetos da Prefeitura de Porto Alegre que tratam do plano de carreira do funcionalismo municipal e da possibilidade de privatização do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) foram discutidos ontem pela Comissão Especial sobre Direitos e Vantagens dos Servidores da Câmara de Vereadores. O encontro realizado na sede da gerência distrital Centro do Dmae, no bairro Santana, em Porto Alegre, reuniu servidores de diversos órgãos municipais.

O vereador Thiago Duarte (Dem), presidente da Comissão Especial, disse que três projetos do Executivo municipal acabam com direitos históricos do funcionalismo. “A falta de diálogo da prefeitura está fazendo com que



Temas foram discutidos na sede da gerência distrital Centro do Dmae, no bairro Santana, em Porto Alegre

os serviços da cidade entrem em colapso”, destacou. Conforme Duarte, os projetos da prefeitura

tratam sobre a extinção da licença-prêmio, alteram conquistas de avanços e prêmios, deliberam

sobre formas e datas do pagamento de vencimentos mensais e do 13º salário, assim como, modi-

Legislativo municipal é a favor da **retirada de tramitação** dos quatro projetos.

ficam o sistema de concessão dos Regimes Especiais de Trabalho, a exemplo do Regime de Tempo Integral (RTI) e Regime de Dedicção Exclusiva (RDE). O vereador afirmou que o Legislativo municipal é a favor da retirada de tramitação dos quatro projetos, assim como foram feitas críticas à falta de diálogo por parte do prefeito, ao desrespeito e a tentativas de desmonte dos serviços públicos e da categoria.

O presidente da Comissão Especial, Thiago Duarte, afirmou que já foi acordado entre os líderes partidários da Câmara Municipal que as propostas do Executivo não serão votadas antes da conclusão dos trabalhos da Comissão Especial. O próximo encontro dos vereadores integrantes da comissão deverá ocorrer no dia 30 de outubro na Câmara.

PUCRS

Sindisaúde pede fim de demissões

Servidores e representantes sindicais da área da Saúde se reuniram em manifestação ontem em frente ao Hospital São Lucas (HSL) da PUCRS. O objetivo do ato chamado pelo Sindisaúde-RS e pelo Sindicato dos Enfermeiros (Sergs) era pedir o fim das demissões que vêm ocorrendo na instituição. Somente durante o protesto, conforme os organizadores, cinco servidores foram demitidos.

Segundo o presidente do Sindisaúde-RS, Arlindo Ritter, o Sindicato já recebeu a homologação de mais de 100 demissões no final do mês passado, e há ainda um novo pedido de agendamento para mais demissões, que, apesar de não se ter o número exato, estima-se que sejam mais 100. “É demissão abusiva, porque é demissão em massa, que pressupõe negociar com o sindicato alguma vantagem ao trabalhador, algum aviso prévio para que ele possa garantir um período de desemprego



Servidores demitidos podem chegar a 200

maior, até arrumar outro emprego”, disse. Ritter afirmou que a categoria está recorrendo ao Judiciário, ao Ministério Público e ao Conselho Regional de Enfermagem, já que a diretoria do São Lucas não abre diálogo com os sindicatos.

Em nota, o hospital informou que passa por reestruturação desde o início do ano para garantir melhorias na infraestrutura e que exigem mudanças no quadro de funcionários, desde cargos de gestão até equipes operacionais.

COLETA SELETIVA

Serviço ainda incompleto

Apesar da retomada das atividades de coleta seletiva e limpeza de praças pela Cootravipa (Cooperativa de Trabalhadores Autônomos das Vilas de Porto Alegre), a prefeitura estima que os serviços só serão normalizados no final desta semana. A paralisação dos funcionários começou na terça-feira passada e impactou especialmente a coleta de resíduos secos, deixando inclusive os galpões de reciclagem sem material de trabalho.

O secretário municipal de Serviços Urbanos, Ramiro Rosário, explicou que o lixo que estava represado será recolhido conforme as equipes da Cootravipa façam os roteiros. “Estimamos que até o final da semana o serviço estará normalizado, porque as equi-

pes terão feito a cobertura de todas as regiões da cidade”, citou.

Segundo a Cootravipa, na segunda-feira, quando as equipes voltaram às atividades, foram recolhidas 54 toneladas na coleta seletiva. A média é de 45 a 50 toneladas por dia. O volume não envolve os resíduos hospitalares, que vão direto para o transporte e, depois, para o aterro sanitário. Em relação à limpeza das praças, o serviço foi concluído em dois locais, sendo que os demais foram retomados ontem.

Rosário reafirmou que as sanções à paralisação da cooperativa seguem em análise na Procuradoria-Geral do Município (PGM). “A paralisação foi indevida, por não respeitar a norma legal e o contrato”, salientou.

VÍTIMAS DO INCÊNDIO

Pele humana enviada a BH

O Banco de Pele da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre enviou ontem o seu primeiro lote de pele para doação às vítimas do incêndio da creche localizada em Janaúba, Minas Gerais. Os tecidos, remetidos por avião ao Hospital de Pronto Socorro João XXIII, de Belo Horizonte, serão transplantados hoje em uma criança de 4 anos que teve 70% do corpo queimado, segundo o diretor do Banco de Pele da Santa Casa e presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - Regional RS, Eduardo Chem.

AVENIDA DA LEGALIDADE

Novo impasse na denominação

A Procuradoria da Câmara Municipal de Porto Alegre recorreu ontem da decisão da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, que aceitou recurso de vereadores do Partido Progressista (PP) e do Democratas (Dem) e tornou nula a lei que mudou o nome da principal via de acesso à capital gaúcha de avenida Castelo Branco para avenida da Legalidade. “Como houve um voto divergente, pedimos para que a decisão seja reformada ou ratificada”, afirmou o procurador Claudio Velasquez.

SERVIDORES MUNICIPAIS

Depósito nesta sexta ou na segunda

A Secretaria Municipal da Fazenda informou que o próximo depósito para os servidores de Porto Alegre deve ser realizado nesta sexta-feira ou, no mais tardar, na segunda-feira. Até o momento, foram pagas três parcelas, em um total de R\$ 2.530,00 para cada servidor público - o que integraliza os vencimentos para 35% da folha.

O saldo restante, de R\$ 71,7 milhões, deve ser quitado integralmente até o dia 16. A confirmação da data exata deve ser feita nesta quarta-feira. A Fazenda garante que todos os recursos que ingressarem nas contas do município vão ser destinados ao pagamento dos salários dos servidores públicos municipais, que estão em greve.

Esse é o quarto parcelamento consecutivo enfrentado pelos municipais em Porto Alegre. Em outubro, o depósito inicial tende a ser ainda mais baixo. O secretário da Fazenda, Leonardo Busatto, já descartou a possibilidade de suspender o parcelamento de salários até o final do ano, e projetou que a situação financeira só melhore no fim de 2018.